

Lopes

- 1 MAR 1984



O Congresso e a abertura

Reinicia hoje o Congresso Nacional os seus trabalhos da presente legislatura, sob a expectativa da mensagem que o Presidente da República dirige tradicionalmente aos senadores e deputados. E também com o impacto dos últimos acontecimentos na área política, especialmente a campanha pró-eleições diretas, o enquadramento de parlamentares na lei e a recentíssima nota dos ministros militares.

A reabertura dos trabalhos do Congresso, mesmo que às vésperas das festas de carnaval, que obrigam a uma parada, traz sempre o renascer de esperanças, pois o Senado e a Câmara dos Deputados representam um papel importante e insubstituível na consolidação da abertura democrática. Ainda que a reinstalação se faça sob o signo de tensão e expectativas, nem por isto deixa o Congresso de ser, sempre, em qualquer circunstância, uma assembleia onde o povo encontra guarida aos seus anseios e esperanças.

Não faltam temas de interesse nacional urgente à consideração dos parlamentares que hoje retornam a Brasília. De todos, certamente sobrepõe-se, pela proximidade, a emenda constitucional que restabelece as eleições presidenciais diretas. Matéria controversa, não há de ter consenso, mas precisa da inequívoca demonstração do Congresso para ter validade, em qualquer direção em que o assunto se encaminhe —

seja pela aprovação, seja pela rejeição.

Mais importante do que tudo parece ser a missão política e institucional do Congresso, nessa quadra difícil, em que se misturam temas políticos e crise econômica. Os acontecimentos que se produziram durante o longo recesso parlamentar iniciado em dezembro estão sobre a mesa, a reclamarem meditação e solução. A nota emitida anteontem pelos ministros militares e pelo chefe do EMFA, ao mesmo tempo em que reafirma os propósitos democráticos do Governo e das Forças Armadas, repele com justa indignação as ofensas pessoais que têm sido dirigidas ao presidente Figueiredo, inclusive — e lamentavelmente — da parte de membros do próprio parlamento federal e Assembléias estaduais.

Não se pode esperar do Congresso, nesse ano particularmente marcante da vida nacional, outro comportamento que não venha a ser o do equilíbrio e da moderação, numa busca sincera de soluções aos problemas nacionais, em lugar de manifestações isoladas de parlamentares, capazes de conturbar e até comprometer gravemente o próprio processo institucional que, a duras penas, vem o País conseguindo manter, em meio à tormentosa procéla da economia e da inquietação social.

Esta é uma hora em que o Congresso tem de responder às angústias da Nação, especialmente ao desejo de que a abertura, a or-

dem e o procedimento civilizado e democrático se sobreponham aos excessos de linguagem, às paixões, aos radicalismos e aos extremismos. O momento não é de aventurismos. Ao Parlamento cabe recolher as aspirações nacionais, mas também agir com sabedoria política, com a serenidade que, no mais das vezes, falta naturalmente às multidões que lotam os comícios e se deixam levar pelas emoções.

É a primeira vez, desde 1964, portanto há vinte anos, em que transcorre em clima de plena liberdade e estado de direito à sucessão presidencial e o último ano de um governo. Basta lembrar que 1966, último ano do Governo Castello Branco, ano da tumultuada escolha de Costa e Silva, o País vivia sob a égide do segundo Ato Institucional, editado no ano anterior. Os finais dos governos Costa e Silva, Médici e do próprio Geisel — até 31 de dezembro de 1978 — também transcorreram sob o signo do quinto Ato Institucional.

Esta é a primeira vez em que o último ano e o processo sucessório, repetidos, são vividos em clima de liberdade. Não podem os congressistas esquecer esse fato histórico e nem tirar dele as conclusões que se impõem a respeito do compromisso de todos para a manutenção do clima de liberdades públicas e de institucionalização democrática, suprema aspiração dos brasileiros e a realização máxima do presidente Figueiredo.